

Municípios podem liderar avanços do Estado e valorização dos servidores

ARTUR MARQUES (*)

Este ano, com o início dos novos mandatos de prefeitos e das legislaturas das câmaras de vereadores em todos os municípios brasileiros, é essencial enfatizar os desafios e oportunidades que marcam a administração pública. As demandas prioritárias, que foram temas recorrentes das campanhas eleitorais em 2024, incluem a melhoria da educação básica, com iniciativas que promovam igualdade de oportunidades para crianças e jovens, e o fortalecimento do sistema de saúde, assegurando que seja acessível, eficiente e resiliente. Como os municípios têm responsabilidades diretas nessas áreas, suas gestões precisam ser proativas, assertivas e inovadoras nesses dois campos.

Outra questão urgente, sob a alçada mais específica dos estados e da União, é a segurança. Políticas que protejam os cidadãos, combatam a violência, desbanquem o crime organizado e garantam os direitos fundamentais são imprescindíveis. Além disso, a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável exigem esforços integrados entre todas as esferas de governo, incluindo as prefeituras, que desempenham papel fundamental na execução de projetos locais.

No entanto, o êxito de qualquer política pública está intrinsecamente ligado à valorização dos servidores. Não há governança eficiente sem profissionais capacitados e motivados. Os funcionários, especialmente os estatutários, são a espinha dorsal da administração estatal, garantindo a implementação de ações e o atendimento à população de maneira imparcial e técnica. Seu justo reconhecimento pelos brasileiros é uma necessidade estratégica para que o País alcance seus objetivos de desenvolvimento social e econômico.

Os servidores estatutários, contratados por meio de concursos públicos que premiam mérito e competência, asseguram que o Estado funcione de maneira institucional e

democrática, independentemente de qual partido esteja no poder. São eles que viabilizam as prioridades em educação, saúde, segurança, previdência social e outros serviços essenciais ao bem-estar da população.

Nesse contexto, a estabilidade dos funcionários estatutários revela-se como um pilar de defesa da própria sociedade. Impede que, em momentos de transição política, os quadros técnicos sejam substituídos por critérios partidários, comprometendo a qualidade e a continuidade dos serviços prestados. Imaginem o caos administrativo que seria se, nos 5.568 municípios brasileiros, servidores capacitados pudessem ser demitidos e substituídos por indicações políticas a cada troca de governo, como ocorre este ano nas cidades. A estabilidade, portanto, protege o interesse público e assegura que o Estado continue operando em benefício da população, mesmo diante de mudanças políticas e ideológicas.

É fundamental que em 2025, a partir dos novos mandatos nas prefeituras e câmaras de vereadores, consolide-se uma cultura de maior eficiência estatal, promovendo-se serviços mais ágeis, modernos e eficazes. Tal avanço passa, necessariamente, pela valorização dos servidores públicos e o reconhecimento do caráter essencial de sua contribuição ao desenvolvimento de um país funcional e justo. Os municípios, como esfera de governo mais próxima do cidadão, têm a responsabilidade e a oportunidade de liderar pelo exemplo, mostrando que o investimento em profissionalismo, planejamento e inovação pode transformar a realidade das cidades e inspirar mudanças em todo o Brasil.

(*) Artur Marques é o presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPEP)

Memória

14 DE FEVEREIRO

1920 – Inaugura-se, às 17 horas, a herma do dr. Carlos José Versiani, no centro da praça que tem o seu nome, na cidade de Montes Claros, com a presença de Se. Excia. dr. João Alves, Presidente da Câmara Municipal e Agente Executivo, farmacêutico Mário Versiani Velloso, Vice-Presidente da Câmara e neto do homenageado, e grande massa popular. Houe sessão solene no local, sendo a entrega do monumento feita à Municipalidade pelo dr. José Corrêa Machado, em nome da comissão encarregada da ereção da herma. O busto, de tamanho natural, foi executado por Armando de Magalhães Corrêa. Acha-se sobre um pedestal de granito onde lê-se: "Ao dr. Carlos Versiani, a cidade de Montes Claros". Nominem ejus requireret a generatione in generationem. 1819-1919.

1936 – É festivamente inaugurado o chafariz da praça Dr. Chaves, em Montes Claros, às 17 horas. O Prefeito Municipal, engenheiro José Antônio Saraiva convidou o escritor Ciro dos Anjos a inaugurá-lo, o que se verificou sob prolonga-

da salva de palmas. Durante o ato, a tradicional banda de música Euterpe Montes-clarense executou várias peças.

1945 – Pelo Aero-Clube de Montes Claros é brevetada a primeira turma de pilotos, sendo a entrega dos respectivos brevets realizada, tempos depois, pelo Ministério da Aeronáutica, Salgado Filho.

1946 – Falece Genesco Velloso, fazendeiro no município de Montes Claros. Casou-se em primeiras núpcias, com dona Maria Assunção Miranda, e, em segundas, com dona Maria Teixeira Velloso.

1953 – Nomeado por ato do Secretário das Finanças do Estado de Minas, n. 111, de 27 de janeiro de 1953, Oscar de Oliveira Cristo assume o cargo de Coletor Estadual do município de Montes Claros.

1957 – Sob a presidência de Walter Vianna, reúnem-se, às 21 horas, na sede da União Operária e Patriótica de Montes Claros, os mecânicos desta cidade, com a finalidade de se fundar a Associação da classe. Elegeu-se a primeira Diretoria, que teve como Presidente Otaviano Guilherme.

Bons números da balança comercial mascaram desafios estruturais

JOSÉ VELLOSO (*)

A balança comercial brasileira encerrou 2024 com um superávit de US\$ 74,5 bilhões, o segundo melhor resultado da história, perdendo apenas para 2023. Esse saldo robusto é, sem dúvida, uma boa notícia. Ele reflete a capacidade do Brasil de gerar divisas e renda por meio de exportações. No entanto, quando olhamos para os detalhes surge um cenário preocupante, especialmente no que diz respeito à indústria de transformação.

Ao longo da última década, a participação da indústria de transformação nas exportações brasileiras caiu de 64% para 52%. Produtos primários, como petróleo e soja, ou produtos pouco transformados como carne bovina e celulose, passaram a dominar a pauta exportadora, enquanto bens de maior valor agregado perderam espaço. Essa mudança evidencia uma economia que depende cada vez mais de commodities e menos de produtos transformados e tecnológicos.

Além disso, o aumento das importações, em grande parte devido à expansão do consumo das famílias, trouxe à tona questões de competitividade. Apesar do crescimento de 25% na importação de bens de capital em 2024, o consumo aparente nacional de máquinas e equipamentos não subiu. E quando comparamos o resultado deste ano com o período de maior taxa de investimento do país, que foi

em 2013, o que observamos é que, em valores corrigidos, o consumo de máquinas caiu 35% nos últimos dez anos, de R\$ 570 bilhões em 2013 para R\$ 370 bilhões em 2024.

São números constantes, portanto comparáveis. Isso mostra que o aumento das importações de Bens de Capital não está sendo acompanhado por investimentos internos, o que explica a baixa produtividade nacional e a falta de sustentação do crescimento do PIB no longo prazo. Este deslocamento da produção nacional de máquinas e equipamentos compromete a geração de emprego e de renda. Nota-se que 90% deste crescimento das importações tem como origem apenas a China, ou seja, máquinas de todos os outros países perdem mercado aqui.

Não é apenas o setor de máquinas que sofre com as importações daquele país, vários setores produtivos tem o mesmo problema de competitividade contra produtos da China. O Brasil enfrenta uma série de obstáculos estruturais que limitam a competitividade da indústria nacional. Entre eles podemos citar o custo elevado de insumos e do capital dificultam a agregação de valor às matérias-primas. Os preços pagos pelas matérias-primas frequentemente excedem os pagos pelos concorrentes internacionais e a proteção tarifária adicional concedida no último ano para alguns insumos importantes contribuiu para encarecer ainda mais os custos industriais.

Outro desafio é a alta taxa de juros. Enquanto países líderes em tecnologia financiam seus investimentos a custos baixos, no Brasil o custo médio para financiar uma máquina pode ultrapassar a 20% ao ano. Isso inviabiliza o investimento e prejudica a modernização tecnológica necessária para a indústria acompanhar as demandas do mercado global.

Embora algumas políticas recentes do governo tenham trazido avanços para estimular a reindustrialização e o incentivo à inovação, a indústria ainda sofre com questões macroeconômicas, como a falta de estabilidade cambial, taxa básica de juros entre as maiores do planeta e um sistema tarifário extremamente complexo. A reforma tributária, por exemplo, foi comemorada, mas seus efeitos só devem ser sentidos na próxima década.

Portanto, é fundamental adotar medidas que reduzam o Custo Brasil e promovam a competitividade da indústria nacional. A revisão de aumentos no Imposto de Importação de matérias-primas estratégicas, a garantia de acesso a financiamentos e a estabilidade macroeconômica são fatores primordiais para que possamos transformar bons números da balança comercial em crescimento sustentável para o Brasil.

(*) José Velloso é engenheiro mecânico, administrador de empresas e presidente executivo da Abimaq/Sindimaq

RESENHA POLÍTICA

HERMANO CONSTANTINO - hermanobaiano@yahoo.com.br

Promotor e Lagoa dos Patos

Após Recomendação expedida pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o município de Lagoa dos Patos, no Norte de Minas, anulou edital de processo seletivo simplificado e irá elaborar novo procedimento seletivo que preserve a isonomia e a legalidade para a contratação de servidores municipais.

Segundo a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Coração de Jesus, comarca à qual pertence o município, a maioria dos cargos previstos no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025 não possuem contratação condicionada a prazo determinado, e sim são atividades fundamentais e corriqueiras ao funcionamento do serviço público, que, portanto, devem ser exercidas por servidores públicos efetivos. *Aí não dá. Ainda bem que o fiscal da lei agiu antes do acontecido.*

SELEÇÃO – Além disso, o edital apontava o método de entrevista como sendo o principal meio de escolha e de seleção entre os candidatos, acentuando a percepção de escolha arbitrária dos servidores que deverão compor o serviço público municipal. Assim, o documento, enviado no dia 23 de janeiro, recomendou ao Poder Executivo a expedição de edital de concurso público, com formato de seleção ampla, meritocrática e de provas e títulos.

PROMOTOR – No dia 29 de janeiro, o promotor de Justiça Breno Alexandre Rodrigues de Oliveira reuniu-se com o prefeito Valdinho (SD), o vice-prefeito Júnior da Farmácia (Cidadania), secretários municipais e assessoria jurídica do município de Lagoa dos Patos para discutir a questão. Após o encontro, os gestores publicaram decreto atendendo à Recomendação e anulando o edital. Eles se comprometeram a realizar, em breve, concurso público para os cargos de atuação permanente, bem como elaborar processo seletivo simplificado, que preserve a isonomia e a impessoalidade no método de seleção, para os cargos enquadrados por lei municipal em situação temporária de excepcional interesse público devidamente justificada, como exige a Consti-

tuição Federal de 88.

PROTEÇÃO – Para o promotor de Justiça Breno Oliveira, “no âmbito da proteção do patrimônio público, a prevenção e o diálogo com a gestão pública, para corrigir potenciais irregularidades antes mesmo de se concretizarem, como se deu no caso presente, é a medida mais eficiente para salvaguardar os interesses do ordenamento jurídico e da comunidade”.

CRISTÁLIA – Jairo de Matos Borges (PP), o Jairo Júnior tomou posse após ter sido reeleito com a vice-prefeita, a manicure e pedicure Elizete Cabral (PDT). Os nove vereadores reeleitos e reeleitos são: Cícero (PT); Gelson Cipriano (MDB); Geisa de Tê de Chiurim (PT); Grilo (MDB); Joaquim Teodoro (MDB); Junim de Betim (PT); Nita (PT); Roge de Valmir (MDB) e Vando Baio (PT).

ASSEMBLEIA – Novas reuniões especiais das comissões permanentes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), realizadas nessa quinta-feira (13), elegeram presidente e vice dos colegiados de Minas e Energia, Participação Popular e Saúde. Para a Comissão de Minas e Energia, foi reeleito como presidente, o deputado norte-mineiros Gil Pereira (PSD); além de Arlen Santiago (Avante) reeleito para a Comissão de Saúde e Ricardo Campos (PT)



Prefeito reeleito de Cristália, Jairo Júnior

para a Comissão de Participação Popular da ALMG.

COMISSÕES – A eleição do comando de cada comissão é, regimentalmente, fundamental para que ela possa dar sequência às suas atividades. Na reunião ordinária de Plenário de terça-feira (11), foram lidos os nomes dos parlamentares indicados como membros efetivos ou suplentes dos colegiados, indicados pelas lideranças dos três blocos e de uma bancada partidária. Também foram definidos o dia da semana e o horário para as reuniões ordinárias dessas comissões.

CANAIS SUJOS – A sujeira dos canais das Avenidas Deputado Esteves Rodrigues (Sanitária), Vicente Guimarães entre o Grande Major Prates e Funcionários, Avenida dos Militares, canal do Cintra prejudica a passagem das águas. Têm moradores e carroceiros jogando lixo e até entulho dentro dos canais, que precisam agora ser limpos pela Secretaria de Serviços Urbanos (SSU) e de Meio Ambiente, Bem-Estar e Sustentabilidade. Com a palavra, os secretários municipais e o prefeito Guilherme Guimarães (UNIÃO).

VERBAS TRABALHISTAS – O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar, nessa quarta-feira (12), recurso que discute se a administração pública pode ser responsabilizada subsidiariamente pelo pagamento de verbas trabalhistas devidas por empresas terceirizadas, com o pressuposto de que o poder público não cumpriu seu papel de fiscalizar.